

# Sumário

## Capítulo ▶ 1

<b>NOÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>25</b>
----------------------------------	-----------

### Ronny Charles

1. Breve histórico sobre o Estado - do modelo liberal aos tempos atuais .....	25
2. O Estado e suas funções .....	29
2.1. Funções estatais clássicas .....	29
2.2. Funções essenciais à Justiça.....	30
2.3. A função administrativa. Critérios de identificação e espécies .....	31
3. Administração pública e direito administrativo .....	32
3.1. Fontes do direito administrativo .....	34
3.2. Sistemas administrativos.....	35
4. Reforma Administrativa .....	36
4.1. Introdução .....	36
4.2. Principais alterações .....	37
4.2.1. Servidor público .....	38
4.2.2. Contratos de gestão .....	38
4.2.3. Agências executivas.....	38
4.2.4. Agências reguladoras .....	38
4.2.5. Terceiro setor .....	38
4.2.6. Gestão pública e serviços públicos.....	39
4.3. Formas de administração pública.....	42
5. Tendências no direito administrativo brasileiro .....	44
5.1. Princípio da legalidade .....	44
5.2. Controle social e democracia participativa .....	44
5.3. Supremacia do interesse público sobre o privado.....	45
5.4. Processualização do direito administrativo .....	45
5.5. Crise da noção de serviço público.....	46
5.6. “Agencificação”, com outorga de função regulatória.....	46
5.7. Princípio da subsidiariedade .....	46
5.8. Relativização das regras de direito público em algumas contratações administrativas .....	48
5.9. Formas consensuais como instrumento de resolução de problemas da Administração .....	48
5.10. Administração dialógica .....	49
5.11. Contrato de desempenho .....	50

## Capítulo ▶ 2

<b>O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>51</b>
--	-----------

### Ronny Charles

1. Introdução .....	51
2. Conteúdo do regime jurídico-administrativo .....	52
2.1. Interesse público primário e interesse público secundário .....	53
3. Princípios da administração pública .....	54

3.1.	Princípios constitucionais expressos.....	54
3.1.1.	Princípio da legalidade .....	55
3.1.2.	Princípio da impensoalidade.....	58
3.1.3.	Princípio da moralidade.....	60
3.1.4.	Princípio da publicidade .....	62
3.1.5.	Princípio da eficiência .....	68
3.2.	Outros princípios .....	69
3.2.1.	Razoabilidade e proporcionalidade .....	69
3.2.2.	Autotutela .....	70
3.2.3.	Presunção de legitimidade.....	71
3.2.4.	Motivação .....	71
3.2.5.	Segurança jurídica .....	72
3.2.6.	Contradictório e ampla defesa.....	74
3.2.7.	Igualdade .....	75
3.2.8.	Finalidade pública .....	76

## Capítulo ▶ 3

### **ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..... 79**

#### **Fernando Baltar**

1.	Introdução .....	79
2.	Órgãos públicos.....	80
3.	Autarquias .....	82
3.1.	Conceito .....	82
3.2.	Características .....	82
3.3.	Criação .....	83
3.4.	Prerrogativas .....	84
3.5.	Capacidade de autoadministração .....	85
3.6.	Controle finalístico, tutela ou vinculação.....	85
3.7.	Regime jurídico dos servidores .....	87
3.8.	Autarquias corporativas .....	87
3.9.	Foro das autarquias .....	89
4.	Agências reguladoras.....	89
4.1.	Origem.....	89
4.2.	Características .....	90
4.3.	Regime de pessoal .....	92
4.4.	Da interação e articulação das agências reguladoras .....	92
4.5.	Função regulatória.....	92
5.	Fundação pública .....	95
5.1.	Conceito .....	95
5.2.	Personalidade jurídica das fundações públicas .....	95
5.3.	Prerrogativas .....	96
5.4.	Fiscalização pelo Ministério Público .....	97
6.	Agências executivas .....	97
6.1.	Conceito .....	97
6.2.	Requisitos para qualificação .....	98
6.3.	Contratação direta em razão do pequeno valor .....	99
7.	Empresas estatais .....	100
7.1.	Conceito .....	100

7.2. Criação .....	100
7.3. Regime jurídico .....	101
7.4. Nomeação dos dirigentes .....	106
7.5. Falência das empresas públicas e sociedades de economia mista .....	106
7.6. Empresa pública .....	107
7.7. Sociedade de economia mista .....	108
8. Consórcio público.....	109
8.1. Introdução .....	109
8.2. Requisitos .....	110
8.3. Prerrogativas .....	111
8.4. Retirada do consórcio público .....	112
8.5. Contrato de programa .....	112
8.6. Contrato de rateio.....	113
9. Contrato de desempenho.....	113
10. Súmulas do STF.....	114
11. Súmulas do STJ .....	115

#### **Capítulo ▶ 4**

<b>ENTES DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>117</b>
---------------------------------	------------

#### **Ronny Charles**

1. Introdução.....	117
2. Serviços Sociais Autônomos.....	119
3. Entidades de apoio.....	122
3.1. Entidades de apoio e contratações com recursos públicos .....	124
4. O Terceiro Setor.....	125
4.1. Terceiro Setor e entidades fechadas .....	128
4.2. O marco legal do Terceiro Setor no Brasil .....	129
4.2.1. Certificado de Utilidade Pública Federal (UPF).....	131
4.2.2. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). ....	132
4.2.3. Organização Social (OS) .....	136
4.2.3.1. Decreto federal nº 9.190/2017 .....	140
4.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) .....	143
4.2.5. Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) .....	149
4.3. A Lei 13.019 e as parcerias com Organizações da Sociedade Civil.....	152
4.3.1. Dos instrumentos de parceria.....	153
4.3.2. Do chamamento público.....	154
4.3.3. Exceções ao chamamento público .....	156
4.3.4. Das vedações.....	157
4.3.5. Outras nuances .....	158
4.4. Fundos patrimoniais ( <i>Endowments</i> ) e a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019.....	160
4.4.1. Fundos patrimoniais ( <i>Endowments</i> ) .....	160
4.4.2. A Lei nº 13.800/2019 e o regime jurídico dos fundos patrimoniais...	161
4.4.3. Das Receitas dos Fundos Patrimoniais e da Utilização dos Recursos.....	163

4.4.4. Da Formalização do Instrumento de Parceria e do Termo de Execução de Programas, Projetos e demais Finalidades de Interesse Público.....	164
4.4.5. Da aplicação de recursos dos fundos patrimoniais e execução de despesas.....	164
4.4.6. Do Descumprimento do Termo de Execução e do Encerramento do Instrumento de Parceria.....	165
5. A prestação de serviços não exclusivos pelo terceiro setor.....	166
6. O quarto setor.....	167
7. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo do Conselho da Justiça Federal.....	168
<b>Capítulo ▶ 5</b>	
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>169</b>
<b>Fernando Baltar</b>	
1. Introdução .....	169
2. Conceito.....	169
3. Requisitos do ato administrativo .....	171
3.1. Competência .....	172
3.2. Finalidade .....	175
3.3. Forma .....	176
3.4. Motivo .....	177
3.5. Objeto ou conteúdo.....	181
4. Mérito administrativo .....	181
5. Atributos do ato administrativo .....	182
5.1. Presunção de legitimidade.....	182
5.2. Imperatividade .....	182
5.3. Exigibilidade.....	183
5.4. Autoexecutoriedade .....	183
5.5. Tipicidade .....	183
6. Classificação dos atos administrativos.....	184
6.1. Atos gerais e individuais .....	184
6.1.1. Atos gerais .....	184
6.1.2. Atos individuais .....	184
6.2. Atos De Império, de Gestão e de Expediente .....	185
6.2.1. Atos de Império.....	185
6.2.2. Atos de Gestão .....	185
6.2.3. Atos de Expediente .....	185
6.3. Atos Vinculados e Discricionários.....	185
6.3.1. Atos Vinculados.....	185
6.3.2. Atos Discricionários .....	186
6.4. Atos Simples, Complexos e Compostos.....	187
6.4.1. Atos Simples .....	187
6.4.2. Atos Complexos .....	188
6.4.3. Atos Compostos .....	188
6.5. Ato perfeito, válido, eficaz e exequível.....	189
6.5.1. Ato Perfeito.....	189
6.5.2. Ato válido.....	189

6.5.3. Ato eficaz .....	189
6.5.4. Ato exequível .....	190
6.6. Atos constitutivos, declaratórios e ablatórios .....	190
6.6.1. Atos constitutivos .....	190
6.6.2. Atos declaratórios .....	190
6.6.3. Atos ablatórios ou ablativos .....	191
6.7. Ato nulo, ato anulável, ato inexistente e ato irregular .....	191
6.7.1. Ato nulo .....	191
6.7.2. Ato anulável .....	191
6.7.3. Ato Inexistente .....	193
6.7.4. Atos irregulares .....	194
7. Espécies de atos administrativos .....	194
7.1. Atos normativos .....	194
7.2. Atos ordinatórios .....	195
7.3. Atos negociais .....	196
7.4. Atos enunciativos .....	198
7.5. Atos punitivos .....	198
8. Invalidação dos atos administrativos .....	199
8.1. Revogação .....	199
8.2. Anulação .....	201
8.2.1. Cassação .....	205
8.2.2. Outras formas de invalidação .....	206
9. Súmulas do STF .....	206

**Capítulo ▶ 6**

<b>PODERES ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>207</b>
--------------------------------------	------------

**Fernando Baltar**

1. Introdução .....	207
2. Poder regulamentar .....	208
3. Poder hierárquico .....	214
4. Poder disciplinar .....	217
5. Poder de polícia .....	218
5.1. Atributos .....	222
5.1.1. Discretoriedade .....	222
5.1.2. Autoexecutoriedade .....	222
5.1.3. Coercibilidade .....	224
5.2. Condições de validade ou limites ao Poder de Policia .....	224
6. Súmulas do STF .....	225
7. Súmulas do STJ .....	225

**Capítulo ▶ 7**

<b>AGENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>227</b>
-------------------------------	------------

**Fernando Baltar**

1. Conceito .....	227
2. Classificação .....	228
2.1. Agentes políticos .....	228
2.2. Servidores públicos .....	229
2.2.1. Servidores estatutários .....	229

2.2.2. Empregados públicos .....	230
2.2.3. Servidores temporários .....	231
2.3. Militares .....	233
2.4. Particulares em colaboração com o Poder Público .....	233
2.4.1. Por delegação do Poder Público .....	234
2.4.2. Por requisição, nomeação ou designação .....	234
2.4.3. Gestores de negócios .....	234
3. Cargos, empregos e funções públicas .....	234
4. Regime jurídico do servidor .....	236
5. Condições de ingresso .....	238
6. Provimento e Vacância .....	248
6.1. Provimento .....	248
6.1.1. Tipos de provimento .....	248
6.1.2. Formas de provimento .....	249
6.2. Vacância .....	252
7. Remuneração dos servidores .....	252
8. Responsabilidade dos servidores .....	254
8.1. Responsabilidade civil .....	254
8.2. Responsabilidade administrativa .....	256
8.3. Responsabilidade penal .....	257
9. Abuso de autoridade .....	257
9.1. Sujeitos do Crime .....	258
9.2. Efeitos da Condenação .....	258
9.3. Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa .....	258
10. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas .....	258
11. Estabilidade, vitaliciedade e estágio probatório .....	261
11.1. Estabilidade .....	261
11.2. Vitaliciedade .....	264
11.3. Estágio probatório .....	265
12. Regime especial de previdência do servidor .....	267
12.1. Beneficiários do regime especial .....	267
12.2. Requisitos para aposentadoria voluntária .....	267
12.3. Aposentadoria por incapacidade permanente .....	268
12.4. Pensão por morte .....	269
12.5. Contribuição do aposentado e pensionista .....	271
12.6. Abono de permanência .....	271
12.7. Aposentadoria compulsória .....	272
12.8. Regime complementar oficial de previdência .....	272
12.9. Regras de transição .....	274
13. Súmulas do STF .....	275
14. Súmulas do STJ .....	277
15. Súmulas do TCU .....	278
 Capítulo ▶ 8	
<b>LICITAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>279</b>
<b>Ronny Charles</b>	
1. Conceito e fundamentos constitucionais .....	279
2. A legislação licitatória e a nova lei de licitações .....	281

3.	Objeto da licitação .....	283
3.1.	Margem de preferência na Lei nº 8.666/93.....	286
3.1-A.	Margem de preferência na Lei nº 14.133/2021.....	287
4.	Destinatários das regras licitatórias.....	288
5.	Princípios gerais da licitação .....	291
6.	Contratação direta – exceções legais ao dever de licitar.....	291
6.1.	Dispensa de licitação na Lei nº 8.666/93.....	292
6.1.1.	Licitação dispensada .....	293
6.1.2.	Licitação dispensável.....	293
6.1.-A.	Dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021 .....	308
6.2.	Inexigibilidade de licitação.....	315
6.2.1.	Inexigibilidade de licitação na Lei nº 8.666/93.....	316
6.2.1-A.	Inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021.....	319
6.3	Inexigibilidade e rol exemplificativo .....	321
6.4.	Do processo de contratação direta .....	321
6.4.1.	Do processo de contratação direta na Lei nº 8.666/93 .....	321
6.4.2.	Do processo de contratação direta na Lei nº 14.133/2021.....	322
6.4.3	Dispensa eletrônica .....	323
7.	Modalidades de licitação.....	324
7.1.	Modalidades de licitação na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.....	324
7.1.1.	Concorrência.....	327
7.1.2.	Tomada de preços.....	327
7.1.3.	Convite .....	328
7.1.4.	Concurso .....	329
7.1.5.	Leilão .....	329
7.1.6.	Pregão.....	329
7.1.6.1.	O Pregão Eletrônico e o Decreto federal nº 10.024/2019 .....	332
7.1-A.	Modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021.....	335
7.2.	Modalidades anômalas de seleção .....	338
7.3.	Modalidades flexíveis.....	339
8.	Sistema de registro de preços .....	340
8.1.	Características do SRP .....	340
8.2.	Ata de registro de preços .....	341
8.3.	Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante (carona).....	342
8.4.	Compra nacional e órgão participante de compra nacional .....	343
8.5.	Intenção de Registro de Preços (IRP).....	343
9.	Tipos de licitação/critérios de julgamento .....	344
10.	Fase preparatória da licitação .....	346
10.1.	Fase preparatória (interna) .....	346
10.1.1.	Análise jurídica na Lei nº 8.666/93.....	346
10.1.2.	Manifestações jurídicas referenciais.....	348
10.1.3.	Responsabilização do parecerista jurídico.....	349
10.1.4.	Estimativa de custos nas licitações (modelo tradicional) .....	350
10.2.	Fase externa .....	353
10.2.1.	Publicação do instrumento convocatório na Lei nº 8.666/93.....	353

10.2.2. Habilitação na Lei nº 8.666/93 .....	356
10.2.3. Classificação das propostas .....	362
10.2.4. Desempate de propostas na Lei nº 8.666/93 .....	363
10.2.5. Adjudicação e homologação .....	364
10.2.6. Recursos na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/2002 .....	365
10.3. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na Lei nº 14.133/2021 ..	368
10.4. Procedimentos auxiliares .....	369
11. Anulação e revogação da licitação .....	370
12. Licitação e contratação de serviço de publicidade .....	370
13. Licitações para microempresas e empresas de pequeno porte .....	372
14. Regime diferenciado de contratações.....	379
14.1. Regras aplicáveis às licitações do RDC .....	383
14.1.1. Caráter sigiloso do orçamento.....	383
14.1.2. Inovações para a aquisição .....	383
14.1.3. Regime de contratação integrada.....	384
14.1.4. Remuneração variável.....	386
14.1.5. Contratações simultâneas .....	386
14.1.6. Das fases.....	386
14.1.7. Da publicidade.....	387
14.1.8. Modos de disputa .....	387
14.1.9. Critérios de julgamento.....	388
14.2. Procedimentos auxiliares às licitações, no âmbito do RDC.....	391
14.3. Regras aplicáveis aos contratos do RDC.....	391
14.3.1. Convocação de licitante remanescente .....	392
14.3.2. Contratação de remanescente por dispensa .....	393
14.3.3. Prazos contratuais .....	393
14.4. Sanções administrativas.....	393
15. Licitações para as Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016).....	394
15.1. Da não observância das regras licitatórias .....	394
15.2. Das licitações dispensáveis.....	396
15.3. Da inexigibilidade de licitação .....	396
15.4. Disposições diversas sobre as licitações.....	397
15.4.1. Inexistência de modalidades estáticas.....	397
15.4.2. Caráter sigiloso do orçamento.....	397
15.4.3 Inovações para a aquisição .....	398
15.4.4. Regimes de execução .....	398
15.4.5. Remuneração variável.....	399
15.4.6. Contratações simultâneas .....	399
15.4.7. Das fases.....	399
15.4.8. Da publicidade.....	399
15.4.9. Modos de disputa, lances intermediários, reinício da disputa e critérios de desempate .....	400
15.4.10. Critérios de julgamento .....	401

15.4.11. Da habilitação .....	402
15.4.12. Dos recursos .....	403
15.5. Das Normas Específicas para Alienação de Bens .....	403
15.6. Procedimentos auxiliares às licitações das estatais .....	403
15.7. Dos contratos.....	404
16. Súmulas do STJ .....	405
17. Súmulas do TCU .....	406
18. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo do Conselho da Justiça Federal .....	409
 Capítulo ▶ 9	
<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>411</b>
1. Introdução .....	411
1.1. Contratos administrativos e a ultratividade da lei nº 8.666/93.....	412
2. Espécies.....	413
3. Características.....	414
3.1. Formalismo .....	414
3.1.1. Obrigatoriedade do instrumento contratual na Lei nº 8.666/93.....	415
3.2. Publicidade .....	415
3.3. Natureza de contrato de adesão.....	416
3.4. Mutabilidade.....	416
3.5. Cláusulas de privilégio (exorbitantes) .....	417
3.6. Imposição de ônus especiais.....	419
3.6.1. Possibilidade de exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional na Lei nº 8.666/93.....	419
4. Duração dos contratos na lei Nº 8.666/93 .....	421
4-A. Duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021 .....	424
5. Alterações contratuais .....	426
5.1. Aditivo e apostila .....	430
5.2. Revisão econômica do contrato.....	430
5.3. Da alocação de riscos (matriz de riscos) .....	433
6. Execução do contrato .....	434
6.1. Fiscalização do contrato.....	434
6.2. Responsabilidade do contratado.....	435
6.3. Encargos trabalhistas e responsabilidade subsidiária.....	436
6.4. Subcontratação.....	439
6.5. Recebimento provisório e recebimento definitivo.....	440
6.6. Lei nº 14.133/2021 e meios alternativos de resolução de controvérsias ....	440
6.7. Mediação e autocomposição de conflitos, no âmbito da administração pública .....	441
6.7.1. Regras gerais (válidas para todos os entes).....	442
6.7.2. Regras específicas (válidas para a Administração federal) .....	442
6.8. Da ordem cronológica de pagamentos.....	444
7. Da inexecução e da nulidade dos contratos na Lei nº 8.666/93 .....	445
7-A. Da extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021.....	446
8. Convênios e instrumentos congêneres .....	450

8.1. Convênio (em sentido estrito) e Contrato de repasse .....	453
8.2. Convênios e execução de recursos transferidos.....	455
8.3. Termo de Execução Descentralizada.....	456
9. Consórcios públicos .....	456
10. Sanções administrativas .....	456
10.1. Sanções previstas na Lei nº 8.666/93 .....	457
10.2. Sanções previstas na Lei do pregão (Lei nº 10.520/2002) .....	458
10.3. Sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 .....	460
10.4. TCU e sanção de inidoneidade .....	462
10.5. Desconsideração da personalidade jurídica .....	463
11. Súmulas do STF.....	464
12. Súmulas do TCU .....	464
13. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo do Conselho da Justiça Federal .....	465

## Capítulo ▶ 10

### **SERVIÇOS PÚBLICOS .....**

#### **Ronny Charles**

1. Introdução .....	467
2. Conceito e elementos .....	468
3. Princípios.....	469
4. Classificação .....	473
5. Remuneração .....	476
6. Prestação e execução dos serviços públicos .....	478
6.1. Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos .....	478
6.1.1. Carta de serviços.....	480
6.1.2. Medidas de desburocratização da tramitação processual.....	481
6.1.3. Ratificação da dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país.....	482
6.1.4. Da solicitação de simplificação .....	483
6.1.5. Das sanções pelo descumprimento .....	484
6.1.6. Vigência.....	484
7. Delegação do serviço público.....	485
7.1. Concessão de serviço público.....	486
7.2. Permissão de serviço público .....	489
7.3. Autorização de serviço público.....	491
8. Dos contratos de concessão de serviço público.....	491
8.1. Dos contratos de concessões comuns .....	492
8.2. Dos contratos de concessões especiais (parceria público-privada) .....	501
8.3. Do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) .....	508
8.3.1. Da prorrogação e da rellicitação .....	509
8.4. Do fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas .....	514
8.5. Do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) .....	515
8.6. Da arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário .....	516

8.6.1. Da Convenção de Arbitragem (Da Cláusula Compromissória e Do Compromisso Arbitrário).....	517
8.6.2. Do Credenciamento e da Escolha da Câmara Arbitral .....	518
8.6.3. Da Escolha dos Árbitros.....	519
8.6.4. Da Representação da Administração Pública Federal Direta e Indireta .....	519
9. Súmulas do STF.....	519
10. Súmulas do STJ .....	520
11. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo d0 Conselho da Justiça Federal .....	520

**Capítulo ▶ 11**

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....</b>	<b>521</b>
---	------------

**Fernando Baltar**

1. Conceito.....	521
2. Evolução do tema .....	521
2.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado .....	522
2.2. Teoria da responsabilidade com culpa.....	522
2.3. Teoria da culpa administrativa .....	523
2.4. Teoria do risco administrativo .....	524
2.5. Teoria da responsabilidade integral.....	524
3. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro .....	525
3.1. Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público .....	526
3.2. Responsabilidade dos notários .....	526
3.3. Responsabilidade por danos decorrentes de atividades nucleares .....	527
4. Requisitos para demonstração da responsabilidade estatal.....	528
5. Posicionamento do STF acerca do nexo de causalidade .....	529
6. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade .....	530
6.1. Força maior.....	530
6.2. Caso fortuito .....	531
6.3. Atos de terceiros .....	532
6.4. Culpa exclusiva da vítima.....	532
7. Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de sua omissão.....	532
8. Responsabilidade primária e subsidiária .....	534
9. Responsabilidade do estado por atos legislativos.....	535
10. Responsabilidade do estado por atos judiciais.....	537
11. Prescrição.....	538
12. Sujeito passivo da lide.....	540
13. Responsabilidade do estado por danos causados por atos terroristas .....	541
14. Responsabilidade do estado pela “perda de uma chance” .....	542
15. Responsabilidade administrativa ambiental.....	543
16. Responsabilidade civil do Estado relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 .....	545

## Capítulo ▶ 12

<b>BENS PÚBLICOS.....</b>	<b>547</b>
---------------------------	------------

*Fernando Baltar*

1. Introdução .....	547
1.1. Bens das empresas públicas e sociedades de economia mista .....	548
2. Classificação .....	550
2.1. Bens de uso comum do povo .....	550
2.2. Bens de uso especial .....	550
2.2.1. Afetação e desafetação dos bens de uso comum e especial.....	551
2.3. Bens dominiais .....	552
3. Uso de bem público por administrado .....	554
3.1. Instrumentos estatais de outorga de títulos jurídicos para uso de bens públicos por particulares .....	555
3.1.1. Autorização de uso.....	555
3.1.2. Permissão de uso .....	555
3.1.3. Concessão de uso.....	555
3.1.4. Concessão de direito real de uso.....	556
3.2. Instrumentos privados de outorga de títulos jurídicos para uso exclusivo de bens públicos por particulares.....	557
3.2.1. Locação .....	557
3.2.2. Enfiteuse dos terrenos de marinha .....	559
4. Transferência de bens públicos entre entidades e órgãos públicos.....	559
4.1. Cessão de uso .....	559
5. Bens públicos em espécie .....	560
5.1. Terras devolutas.....	560
5.2. Terrenos de marinha.....	560
5.3. Terrenos reservados .....	561
5.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios .....	561
5.5. Plataforma continental.....	562
5.6. Rios .....	562
5.7. Faixa de fronteira .....	562
5.8. Ilhas .....	563
6. Súmulas do STF.....	564
7. Súmula do STJ.....	564

## Capítulo ▶ 13

<b>INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO .....</b>	<b>565</b>
---	------------

*Fernando Baltar*

1. Introdução ao tema .....	565
2. Atuação regulatória.....	566
2.1. Repressão ao abuso do poder econômico .....	566
2.2. Controle de abastecimento e tabelamento de preços .....	568
3. Intervenção pela exploração direta de atividade econômica ou intervenção participativa .....	568
3.1. Monopólio.....	569

## Capítulo ▶ 14

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>571</b>
--------------------------------------	------------

**Ronny Charles**

1. Introdução .....	571
2. Princípios.....	572
2.1. Motivação .....	572
2.2. Contraditório e ampla defesa.....	573
2.3. Oficialidade .....	574
2.4. Gratuidade .....	575
2.5. Pluralidade de instâncias.....	575
2.6. Segurança jurídica .....	575
3. Direitos e deveres dos administrados .....	578
3.1. Dos interessados .....	579
4. Da competência .....	580
4.1. Da delegação e da avocação .....	580
4.2. Do impedimento e da suspeição .....	582
5. Peculiaridades do processo administrativo.....	583
5.1. Dos atos processuais.....	583
5.2. Das intimações.....	584
5.3. Das provas.....	585
5.4. Dos pareceres e dos laudos técnicos.....	585
5.5. Da decisão .....	586
5.6. Da tramitação prioritária .....	587
<b>5.7. Dos prazos.....</b>	<b>587</b>
6. Do recurso administrativo, da coisa julgada administrativa e da revisão .....	588
7. Prescrição administrativa .....	590
7.1. Preclusão .....	592
7.2. Prescrição (preclusão) intercorrente .....	592
8. Processo administrativo e súmula vinculante .....	593
9. Do processo administrativo disciplinar.....	594
9.1. Espécies de processo disciplinar.....	594
9.2. Penalidades disciplinares.....	596
9.3. Fases do processo disciplinar.....	598
9.4. “Prescrição” da ação disciplinar.....	603
10. Decreto nº 10.153 e as salvaguardas aos denunciantes de ilícitos na Administração.....	606
11. Súmulas do STF .....	608
12. Súmulas do STJ .....	608
13. Enunciados CGU .....	609
14. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo d0 Conselho da Justiça Federal .....	611

## Capítulo ▶ 15

<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>613</b>
---	------------

**Ronny Charles**

1. Introdução .....	613
2. Competência legislativa .....	614
3. Elementos.....	614

3.1. Sujeito passivo.....	615
3.2. Sujeito ativo.....	615
3.3. Atos de improbidade .....	618
3.4. Elemento subjetivo .....	624
4. Das sanções.....	626
4.1. Indisponibilidade de bens .....	626
4.2. Ressarcimento ao erário.....	628
4.3. Suspensão dos direitos políticos .....	628
4.4. Perda da função pública .....	629
4.5. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente.....	631
4.6. Multa civil .....	631
4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	631
4.8. Reparação por ato de improbidade e o sucessor ou herdeiro .....	632
4.9. Da graduação das sanções .....	633
5. Da declaração de bens .....	634
6. Dos processos administrativo e judicial.....	634
6.1. Da desconsideração da pessoa jurídica.....	641
6.2. Da defesa pelo órgão de assessoramento jurídico .....	642
6.3. Acordo de não persecução civil .....	643
6.4. Da prescrição .....	644
6.5. Outras nuances.....	646
7. Da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013).....	646
7.1. Introdução .....	646
7.2. Dos atos lesivos à administração pública .....	648
7.3. Da responsabilização administrativa .....	649
7.4. Da responsabilização judicial.....	650
7.5. Do acordo de leniência .....	652
7.6. Da prescrição.....	654

## Capítulo ▶ 16

<b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>655</b>
--	------------

### **Fernando Baltar**

1. Introdução.....	655
2. Classificação .....	655
2.1. Conforme o momento a ser exercido.....	655
2.1.1. Controle prévio, preventivo ou <i>a priori</i> .....	655
2.1.2. Controle concomitante ou sucessivo .....	656
2.1.3. Controle subsequente, corretivo <i>a posteriori</i> .....	656
2.2. Conforme a amplitude .....	656
2.2.1. Controle hierárquico .....	656
2.2.2. Controle finalístico, tutela ou supervisão ministerial.....	656
2.3. Conforme origem.....	656
2.3.1. Controle interno .....	656
2.3.2. Controle externo.....	657

2.3.2.1. Controle externo popular .....	658
2.3.2.1.1. Ação popular .....	658
2.3.2.1.2. Mandado de segurança .....	658
3. Controle exercido pela própria administração.....	661
3.1. Recursos administrativos .....	662
3.1.1. Legitimidade e prazos para impetração dos recursos administrati- vos .....	662
3.1.2. Efeitos .....	663
3.1.3. Fundamento.....	663
3.1.4. Encaminhamento e forma dos recursos administrativos.....	664
3.1.5. Efeitos da decisão revisora.....	665
3.1.6. Não conhecimento do recurso.....	665
3.1.7. Espécies de recursos administrativos .....	666
3.1.7.1. Representação .....	666
3.1.7.2. Reclamação.....	666
3.1.7.3. Pedido de reconsideração.....	667
3.1.7.4. Recurso hierárquico próprio.....	667
3.1.7.5. Recurso hierárquico impróprio.....	668
3.1.7.6. Revisão .....	668
4. Controle legislativo .....	669
4.1. Controle político .....	669
4.2. Controle financeiro e orçamentário.....	670
4.3. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas .....	673
4.4. Controle dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão .....	673
5. Controle judicial .....	674
5.1. Súmula vinculante.....	678
6. Inovações trazidas pela lei de introdução às normas do direito brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB) .....	679

## Capítulo ▶ 17

<b>INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE .....</b>	<b>687</b>
---	------------

**Ronny Charles**

1. Introdução .....	687
2. Modalidades .....	687
2.1. Limitação administrativa .....	688
2.2. Servidão administrativa .....	689
2.3. Ocupação temporária .....	691
2.4. Requisição administrativa .....	692
2.5. Tombamento .....	694
2.5.1. Objeto .....	694
2.5.2. Espécies .....	695
2.5.3. Efeitos .....	696
2.6. Desapropriação .....	697
2.6.1. Introdução .....	698
2.6.2. Elementos .....	698
2.6.3. Competência.....	699
2.6.4. Modalidades.....	700
2.6.5. Desapropriação indireta e desapropriação por zona .....	703

2.6.6. Procedimento .....	705
2.6.7. Impossibilidade provisória na posse .....	707
2.6.8. Direitos do desapropriado.....	710
3. Súmulas do STF.....	712
4. Súmulas do STJ .....	713
5. Enunciados da I Jornada de Direito Administrativo do Conselho da Justiça Federal .....	714
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>715</b>